



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS-CAHL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ARLEIDE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS
ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA
DE SANTANA-UEFS, NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.**

Cachoeira – BA

2016

ARLEIDE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-UEFS, NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado ao componente curricular, do Curso de bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.Ma. Fabrício Fontes Andrade

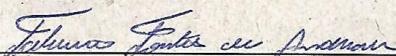
Cachoeira – BA
2016

ARLEIDE DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA

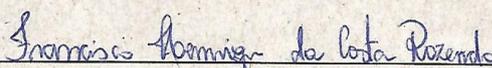
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS
ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA-UEFS, NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

Cachoeira – BA, aprovada em 22/02/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Fabricio Fontes de Andrade
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Ms. Francisco Henrique da Costa Rozendo
Membro da Banca Examinadora



Ms. Sida Da Silva
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

As palavras não são suficientes, para expressar toda à minha alegria e gratidão por mais um sonho realizado.

Primeiramente agradeço a Deus, pelo seu amor e pelas suas bênçãos nessa minha caminhada, apesar de alguns momentos de desânimo Ele sempre me amparando e indicando o caminho a seguir.

Aos meus queridos pais Antonio e Araildes, pela incomensurável apoio e sacrifício que fizeram por mim, mostrando que os nossos sonhos podem se tornar realidade. Obrigada!

A minha irmã Abigail, pelas orações e presença constante nessa jornada.

A meu irmão Abner mesmo distante sempre presente e disposto a ajudar.

Aos meus cunhados, Carlos Antonio Menezes e Mirian Oliveira pelo carinho.

Aos meus tios Vicente e Paulo pela contribuição.

Ao meu noivo Fredson, obrigada pelo companheirismo, carinho e incentivo em todos os momentos. Amo você! .

As minhas grandes amigas de infância, Edvalda e Jamili, quando necessário sempre presente. Que Deus continue abençoando vocês!

Aos colegas que fiz na UFRB. Adenilton, Juliana, e Patrícia, pelo incentivo e companheirismo nessa caminhada.

A equipe do Serviço Social da UEFS. Composta pela Secretária Iracema Lopes. E as Assistentes Sociais: Ana Alice Brandão, Carina Silva, Cleciana Santana, Eliana Maia, Kátia Carvalho e Vívian Santos. Agradeço por fazerem parte do meu processo de formação profissional. Vocês foram fundamentais, para a construção desse trabalho, sem vocês não conseguiria. Obrigada pela atenção e apoio!

A todos os meus professores, que através dos seus ensinamentos, contribuíram para minha formação. Obrigada principalmente aos professores Fabrício Andrade, Henrique Rozendo, Marcela Silva e Valéria Noronha.

A UFRB, responsável por minha formação e todos os seus funcionários.

Enfim, a todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para que este sonho fosse realizado! Muito Obrigada!

Dedico este trabalho ao criador de todas as coisas Deus.

Aos meus queridos pais, Antonio Borges e Araildes Oliveira, a minha irmã Abigail Oliveira, o meu irmão Abner Oliveira

Ao meu amado noivo Fredson Alves.

A Sr. Joselita Rodrigues dos Santos (in memóriam)

As professoras Henrique Rozendo, Marcela Silva e Valéria Noronha, que me acompanharam durante a graduação, em especial ao professor Fabrício Andrade que tornou possível esse trabalho.

A todos brasileiros que através do pagamento dos seus altos impostos pude estudar em uma universidade pública e realizar o meu sonho!

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Paulo Freire

OLIVEIRA, Arleide da Conceição. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-UEFS.** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira- BA, 2016(Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador (a): Prof. Fabrício Fontes Andrade.

Resumo

A Assistência Estudantil e sua relação com a atuação profissional do assistente social tornam-se um espaço amplo e dinâmico de atuação. A política de Assistência Estudantil é um dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, o que nos leva a pensarmos acerca dos direcionamentos profissionais no que correspondem à elaboração, implementação e avaliação dessa política. Na contemporaneidade essa atuação profissional, se coloca de forma ampla, onde esses profissionais trazem grandes contribuições no processo de garantia de direitos, aliados aos seus referenciais teórico-metodológicos. O presente trabalho teve como objetivo verificar quais os desafios e as possibilidades na prática profissional das Assistentes Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, dentro da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

Palavras chaves: Serviço social, Assistência estudantil, Atuação profissional, UEFS.

OLIVEIRA, Arleide da Conceição . ASSISTANCE STUDENT: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN PROFESSIONAL PRACTICE OF SOCIAL WORKERS OF STATE - SANTANA UEFS FAIR UNIVERSITY. Federal University of Bahia Reconcavo , Cachoeira- BA, 2016 (Work Completion of course) . Advisor (a): Prof. Fabricio Andrade sources.

Abstract

The Student Assistance and its relationship with the professional practice of social workers become a broad and dynamic performance space. The Student Assistance policy is one of the socio- occupational areas of social workers, which leads us to think about the professional directions in matching the design, implementation and evaluation of this policy. In this contemporary professional practice, arises broadly, where these professionals bring great contributions to the rights assurance process, combined with its theoretical and methodological references. This study aimed to determine what challenges and possibilities in the professional practice of social workers of the State University of Feira de Santana - UEFS within the Dean of Student Affairs and Affirmative Policies.

Key words: Social work, student assistance, professional acting, UEFS.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 :Programa Reuni: Evolução do número de Universidades Federais, Brasil de 2003-2010.....	22
--	----

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1: Organograma da PROPAAE	39
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista de adesão do ENEM 2015 e SISU 2016 das Universidades Estaduais do Brasil.....	28
Quadro 2: Identificação de estudantes matriculados e cadastrados no cadúnico– junho 2015	33
Quadro 3: Número de bolsas atendidas-2013.....	42
Quadro 4: Quantidade de refeições servidas integral- mês janeiro a dezembro...44	
Quadro 5: Quantidade de refeições servidas parcial mês janeiro a dezembro.....44	
Quadro 6: Atendimentos do serviço social comparativo de atendimento por categoria.....	50
Quadro 7: Identificação dos entrevistados.....	52
Quadro 8: Situação profissional.....	53
Quadro 9: Opção pelo serviço social.....	54
Quadro 10: O que acham necessário para melhorar o nível de conhecimento.....	60
Quadro 11: Principais desafios.....	63
Quadro 12: Possibilidades de atuação.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI Assessoria Especial de Relações Interinstitucionais

ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

CCAA Centro de Cultura Amélio Amorim

CEAS Centro de Estudo e Ação Social

CEB Centro de Educação Básica

CICOM Coordenação de Integração Comunitária

COARUNI Comissão Administrativa da Residência Universitária

CODAE Coordenação de Assuntos Estudantis

CONSAD Conselho de Administração

CONSEP Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

CUCA Centro Universitário de Cultura e Arte

DA Diretórios Acadêmicos

DCE Diretório Central dos Estudantes

DIAC Divisão de Ação Comunitária

FONAPRACE Fórum Nacional de Pro - Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES Instituições Federais de Ensino Superior

LDB Lei de Diretrizes e Bases

NAPP Núcleo de Atenção Psicossocial e Pedagógica

PNAEST Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais

PROPAAE Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

PGP Programa de Governo Participativo

RESI Residência Universitária

RI Residência Indígena

RU Restaurante Universitário

SAP Serviço de Apoio Psicopedagógico

SAJ Serviço de Assistência Jurídica

SESU Serviço de Saúde Universitário

SISU Sistema de Seleção Unificada

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAB Universidade Aberta do Brasil

UEBAs Universidades Estaduais da Bahia

UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana

UNDEC Unidade de Desenvolvimento de Comunidade

UNINFRA Unidade de Infraestrutura e Serviços

SUMÁRIO

INTODUÇÃO	16
1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	20
1.1.1 Gênese e desenvolvimento da assistência estudantil no ensino superior.....	20
1.1.2 Assistência Estudantil nas Universidades Estaduais da Bahia.....	27
2 UEFS: HISTÓRIA E PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS	35
2.1 Conhecendo um pouco a Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.....	35
2.2 Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da UEFS, e sua Política.....	37
3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL	46
3.1 O profissional Assistente Social e sua atuação na Assistência Estudantil.	46
3.2 O trabalho do Serviço Social e suas demandas dentro da Pró- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)	49
3.3 Análise e discussão dos dados.....	52
3.3.1 Perfil dos entrevistados.....	52
3.3.2 Motivação profissional e formação profissional.....	54
3.3.3 Atuação profissional.....	57
3.3.4 Desafios e possibilidades.....	63
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	73

INTRODUÇÃO

A política de Assistência Estudantil apresenta-se no contexto educacional brasileiro como um conjunto de princípios, diretrizes que orientam a estratégia institucional para promover a permanência dos estudantes na universidade e possibilita uma maior igualdade nas oportunidades de acesso ao ensino superior, materializa-se em um amplo programa de apoio, com várias frentes de trabalho e programas ofertados.

Os estudos relacionados a essa temática, apontam que as políticas de permanência estudantil têm grande importância na vida dos alunos que não possuem meios para se manter estudando devido às dificuldades sociais e financeiras. Apesar de se destacarem nos vestibulares, em muitos casos têm que abandonar a oportunidade de inserção no ensino superior, frente às barreiras de ordem econômica dos familiares e, dessa forma, deixam de ter condições para conquistar posição profissional qualificada.

Deste modo a implementação da Política de Assistência Estudantil torna-se necessária no intuito de viabilizar a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados, e que apresentam dificuldades reais para prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. Recursos públicos destinados às Universidades são, na maioria das vezes, insuficientes para a demanda de projetos existentes e pela própria disputa entre as diferentes forças existentes em cada uma das Universidades.

Bem como a implantação de ações de assistência estudantil também contribuiu na criação de novos postos de trabalho para o Serviço Social, pois o assistente social, com sua formação direcionada para trabalhar junto às políticas sociais, é um dos profissionais protagonistas na execução da política de assistência estudantil.

Durante a realização do estágio supervisionado I e II, na Universidade Feira de Santana- UEFS no setor de serviço social teve a oportunidade de ter um breve contato com a temática assistência estudantil.

Nesse espaço, pela forma em que a Política de Assistência Estudantil se apresenta, a prática profissional das Assistentes Sociais fica comprometida, o que tornasse um grande desafio para as mesmas, na sua prática profissional.

Em virtude dessa questão levantada, surgiu o desejo de investigar mais profundamente quais os reais desafios enfrentados pelas Assistentes Sociais na Assistência Estudantil da UEFS.

Dessa forma, o estudo teve como objetivos: Analisar a política de assistência estudantil geral e da UEFS; Compreender o trabalho profissional dentro da UEFS e Analisar os desafios postos ao trabalho profissional do assistente social no setor de Serviço Social da UEFS.

A pesquisa se pautou em diretrizes legais e éticas. A Resolução nº 466//MS/CNS, de 12 de dezembro de 2012, que trata a respeito das diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2007), abonam a integridade e a garantia da ética na pesquisa, por essa razão houve a necessidade de se elaborar o TCLE (Terno de Consentimento Livre e Esclarecido).

O TCLE é um documento que possui informações completas, no que se refere aos procedimentos e objetivos do trabalho, e que afirma a voluntariedade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, mantendo o sigilo referente a qualquer informação que possam identificá-los e através da assinatura de todas assistentes sociais- sujeito dessa pesquisa e os pesquisadores.

A pesquisa social é de grande importância para as ciências sociais. A mesma tem uma grande relevância no campo das ciências sociais, especialmente na obtenção de soluções para problemas coletivos.

Independente de qual seja o nível de pesquisa ou sua finalidade, é necessário um preparo para a sua realização. Para Gil (2010), as metodologias tendem a explicar acerca dos métodos de investigação científica tanto na natureza quanto na sociedade.

Na pesquisa existem duas formas para realizá-la: quantitativa e a qualitativa. A primeira se preocupa com a quantidade de dados obtidos, já a segunda não tem essa preocupação, pois se atem em compreender e explicar fatos, em busca de soluções para o problema proposto.

Assim o caminho da pesquisa foi primeiramente fazer uma investigação bibliográfica, para compreender o Plano Nacional de Assistência Estudantil. O segundo passo foi estudar a Política de Assistência Estudantil da UEFS, a fim de compreender melhor o funcionamento dessa política na universidade.

Quanto à escolha do tipo de questão do questionário, utilizou-se a classificação proposta na literatura estudada Marconi e Lakatos (1996); Mattar, (1996); Boyd e Wetfall, (1964). Segundo esta classificação, as perguntas podem ser: abertas, fechadas (dicotômicas), fechadas (tricotômicas) ou de múltipla escolha.

A pesquisa se pautou em diretrizes legais e éticas. A Resolução nº 196/CNS/MS, de 10 de Outubro de 1996 que trata a respeito das diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2007), abonam a integridade e a garantia da ética na pesquisa, por essa razão houve a necessidade de se elaborar o TCLE (Terno de Consentimento Livre e Esclarecido).

O TCLE é um documento que possui informações completas, no que se refere aos procedimentos e objetivos do trabalho, e que afirma a voluntariedade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, mantendo o sigilo referente a qualquer informação que possam identificá-los. Esterno foi assinado por todos os participantes da pesquisa e pela pesquisadora e através da assinatura de todas assistentes sociais- sujeito dessa pesquisa e a pesquisadora.

Os participantes da pesquisa foram quatro Assistentes Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana, ambas do sexo feminino. Com o intuito de preservar a identificação dos participantes do presente estudo, tornou-se necessário substituir seus nomes por sigla, a saber: E1, E2, E3, E4.

Para melhor compreensão do texto, optou-se por dividir o trabalho em quatro partes: a parte introdutória que discute um pouco sobre a atuação do assistente social na assistência estudantil, o tipo de pesquisa, participantes da pesquisa e instrumentos de coletas de dados.

Em seguida temos o primeiro capítulo que aborda o ensino superior no Brasil. O segundo capítulo aborda brevemente o processo histórico da UEFS e a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis. No terceiro discorre sobre o serviço social e sua atuação profissional, em seguida faz a

análise e discussão dos dados. E no quarto concluo com as considerações finais.

1. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Este capítulo é composto de três seções, as quais de uma forma lógica esta articulada e discorrem sobre os contextos proposto neste estudo. A primeira seção ressalta a gênese e desenvolvimento da assistência estudantil, em especial no ensino superior. A segunda seção aborda a política de Assistência Estudantil nas universidades estaduais da Bahia.

1.1.1 Gênese e desenvolvimento do Ensino Superior e da Assistência Estudantil no Brasil.

A educação no Brasil, por muito tempo não era tida como um direito. Foi a partir da década de 1930 a educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentado pelo Estado, até então esse direito não estava amparado integralmente.

Nessa mesma década segundo (SOUSA, 2005, p.40), com o processo de industrialização houve a necessidade de trabalhadores capacitados para suprir as demandas colocadas pela indústria.

O primeiro reconhecimento pelo Estado da assistência estudantil foi pela Constituição Brasileira de 1934 do Capítulo II da Educação e da Cultura no Artigo 157 que apresenta:

A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e paravilegiaturas (BRASIL, 1934).

Com a reestruturação do ensino no Brasil em 1940, observou-se pouca alteração na situação antecedente das escolas que eram designadas aos considerados menos favorecidos.

[...] Ainda que permanecesse no cerne dessas escolas a marca de serem destinadas às camadas desfavorecidas da sociedade, com essa mudança nos critérios de recrutamento, a pobreza deixava de ser critério para o aprendizado formal de uma profissão. (SOUSA, 2005, p. 44).

A Lei, Nº 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi à primeira Lei em que o ensino profissional é igualado ao ensino acadêmico.

A expansão do ensino superior no Brasil, a partir das décadas de 1950 e 1970 foi acompanhada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que começou a entrar em exercício a partir de 1961.

Segundo Souza (2005, p. 47), com a promulgação da LDB, Lei Nº 5.692, veio acompanhada de mudanças relevantes na educação, como a obrigatoriedade escolar de oito anos e a eliminação do exame de admissão.

Até no início dos anos 1980, período esse ainda da Ditadura Militar, houve o crescimento dessas universidades, nesse mesmo período os recursos públicos era ainda muito pouco o que refletia no desenvolvimento do ensino superior.

Sendo assim, a discussão sobre a permanência dos universitários só começou a ser tratada no meio acadêmico por volta da década de 1980, nesse mesmo período ocorreram às primeiras discussões sobre a temática nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, esse órgão era formado por Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das universidades federais do Brasil.

O direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na Escola tem sido garantido nos aportes legais na Constituição Federal do Brasil (1988) que coloca a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola no artigo 206, inciso I (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº. 9.394/1996 contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: Artigo 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...].

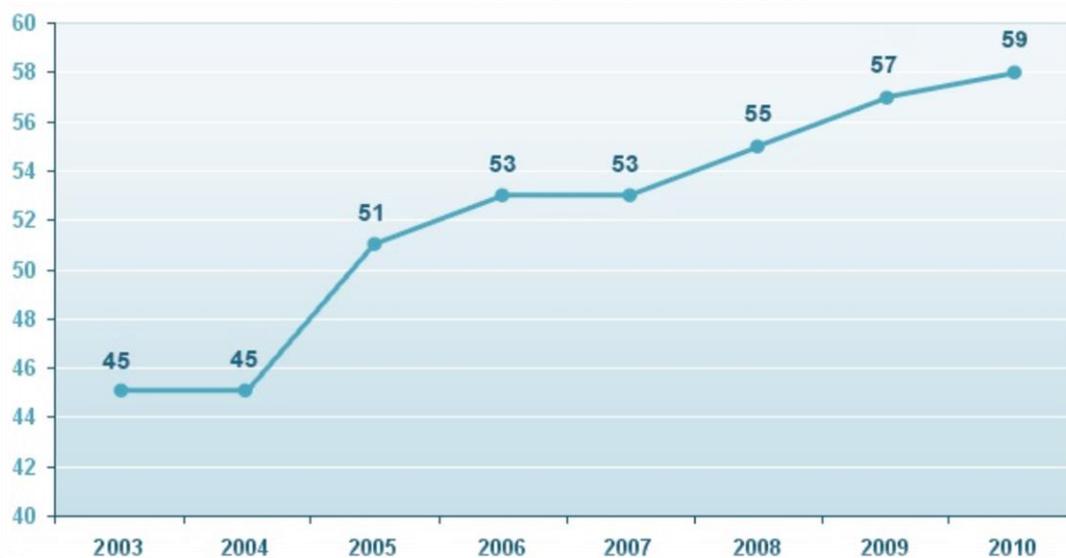
A LDB determina ainda que "a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Art. 1º, parágrafos 2º

e 3º, inciso XI), direito que deve garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, contribuindo em sua formação para exercer a cidadania (BRASIL, 1996).

No governo Lula, houve algumas modificações na educação em seus dois mandatos, uma dessas foi a, Reforma Universitária com o programa de Apoio o Plano e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI pelo Decreto nº 6.096, de Abril de 2007.

O mesmo visa o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão escolar.

Gráfico1: Programa Reuni: Evolução do número de universidades federais, Brasil 2003-2010



Fonte: MEC/Reuni, 2014

Nessas medidas de expansão das universidades federais também está a Universidade Aberta do Brasil – (UAB), que busca oferecer cursos de nível superior para a população que têm dificuldades de entrada para a formação universitária

No governo Dilma observa-se, a existência de uma continuidade das políticas de democratização do ensino adotado pelo Governo Lula.

A partir do primeiro levantamento do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES em 1994, foi que a Assistência Estudantil passou a fazer parte do PNE.

Os dados obtidos nessa pesquisa sinalizaram que não apenas alunos de famílias ricas estavam engessava no ensino superior, também alunos de negros estavam ocupando esses espaços o que necessitava se pensar políticas voltadas para a permanência dos mesmos.

A última pesquisa realizada pelo FONAPRACE foi em 2014, porém os resultados obtidos, até o presente momento não foram disponibilizados. A que se têm resultados disponíveis, é a pesquisa realizada em 2010, e teve a participação de estudantes de 56 instituições federais de ensino superior.

Dês da elaboração da primeira pesquisa em 1995, já se passaram 20 anos, porém as necessidades referentes à permanência estudantil nas universidades, principalmente para a população menos favorecida e negra são reais.

Por um lado a adoção de políticas de ações afirmativas permite o acesso cada vez maior de negros à universidade, muitos são os desafios impostos a esses estudantes, para o seu acesso e permanência com qualidade, dignidade e com recurso financeiro permanente.

No entanto tornar-se imprescindível se considerar a necessidade de políticas de permanência de qualidade, para todos que as necessitam, e esse é o desafio posto às universidades brasileiras. Para o sucesso de um programa de ações afirmativas, é necessário o reconhecimento cada vez maior da heterogeneidade étnico-racial da população brasileira.

Dentre muitas funções a Universidade é uma instituição plural, de acordo com Dallari (2004), a educação é um processo de aprendizagem que ao mesmo tempo defende o desenvolvimento da pessoa humana, sendo reconhecida como direito fundamental de todos e devendo ser assegurada em condições de igualdade.

As políticas de permanência estudantil têm grande importância na vida dos alunos que não têm meios para se manter estudando, devido às dificuldades sociais e financeiras. Apesar de se destacarem por mérito nos vestibulares, em muitos casos têm que abandonar a oportunidade pelas limitações de ordem econômica dos familiares.

Assim, refletir sobre o papel social que cumpre à Universidade no século XXI, na formação do sujeito por meio do ensino, pesquisa e extensão, constitui tarefa fundamental para o enfrentamento das questões postas pela

contemporaneidade e para a promoção de uma nova ordem social focada na promoção e no desenvolvimento dos sujeitos, por meio de políticas públicas.

A política de Assistência Estudantil apresenta-se no contexto educacional brasileiro como um conjunto de princípios, diretrizes que orientam a estratégia institucional para promover a permanência dos estudantes na universidade e possibilita uma maior igualdade nas oportunidades de acesso ao ensino superior, materializa-se em um amplo programa de apoio, com várias frentes de trabalho e programas ofertados.

Essa política perpassa em todas as áreas dos direitos humanos, são ações essas que viabilizem desde ideais condições de saúde, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, o acesso a instrumentos pedagógicos necessários à formação profissional nas mais variadas áreas do conhecimento, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, como: moradia, transporte, alimentação e recursos financeiros. De acordo Magalhães (2012, p.96):

A assistência estudantil deve se tornar uma política institucional que ultrapasse a existência apenas de programas de repasse financeiro, mas que possam ser pensadas ações para o atendimento dos estudantes em seus diversos aspectos e necessidades de modo que sejam oferecidas condições para transpor e superar possíveis obstáculos e dificuldades no seu trajeto acadêmico.

Partido do pressuposto que a educação é uma importante ferramenta de desenvolvimento social, e por meio dela, é possível uma mobilidade e mudança social. Por esse motivo, é de suma relevância o Estado prover recursos e incentivar a formação dos estudantes. Porém para dar conta da permanência dos estudantes, percebida como direito social baseado no artigo 6º da Constituição Federal, e também nos artigos que discutem a igualdade de oportunidade, faz-se necessária uma política de assistência estudantil que garanta esse direito social.

Considerando que a política pública é constituída por um conjunto de diretrizes garantidas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se prova como uma política de direito, deste modo não devendo ser percebida como, corporativismo, assistencialismo ou caridade. A assistência

estudantil deve ser compreendida como uma política social¹ no âmbito educacional, ou seja, um direito, em que seus recursos devem ser aplicados como investimento, e que os resultados sejam a formação de jovens habilitados para ocuparem e desenvolverem-se e papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados.

As políticas de assistência estudantil, embora tenham como finalidade destinar recursos e mecanismos para que os estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos, essas políticas não devem se voltar exclusivamente para a parte econômica é necessário também ser trabalhadas em acordo com aspectos pedagógicos e psicossociais, ou seja, a partir de uma “política pública de assistência estudantil não apenas voltada para as questões de subsistência material, mas também preocupada com as demandas de cunho emocionais, pensando o indivíduo como um todo” (GONÇALVES, 2008, p. 31).

É fundamental articular as ações assistenciais ao processo educativo, para que a universidade forme cidadãos comprometidos e qualificados com a sociedade. Para isso, devem ser trabalhadas, na universidade, por uma equipe interdisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais de música, nutricionistas, entre outros), que venham incluir ao propósito de melhor atender esse aluno durante a graduação.

Em 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil foi decretado no âmbito do Ministério da Educação em 2007, e pela Presidência, em 2010. Esse Decreto é um marco regulatório para a política de assistência estudantil nos Institutos Federais – IFES, a partir de então estes começaram a fazer parte do PNAES.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi decretado pela Presidência, em 2010. O Decreto é, também, um marco regulatório para a política de assistência estudantil nos Institutos Federais – IFES, a partir de então estes começaram a fazer parte do PNAES.

O Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que instituiu o PNAES, ao dar prioridade no atendimento aos estudantes sendo uma das ações provenientes

¹Segundo Faleiros (1991, p.8), as políticas sociais são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais com as formas de reprodução estabelecidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social.

do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, elaborada e implantada no primeiro mandato do governo Lula, tem por finalidade atender alunos matriculados em curso de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, buscando promover aos alunos de baixa condição financeira o apoio, a permanência e conclusão.

No programa ficou estabelecido que as ações de assistência estudantil desenvolvidas devessem ter por parâmetro os seguintes segmentos: Alimentação, Moradia Estudantil, Transporte, Assistência a Saúde, Cultura, Inclusão Digital, Esporte, Creche e Apoio Pedagógico, ou seja, PNAES indica priorizar o atendimento a estudantes, preferencialmente de primeira graduação, graduação presencial oriundos de escola pública e com renda per capita de até um salário mínimo e meio.

Todavia, não reduz o atendimento somente a este público, permitindo que as IFES definam outros requisitos. Esses critérios visam à igualdade de oportunidades e também colaborar para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, além de trabalhar na prevenção para minimizar as situações de evasão decorrentes das mínimas condições financeiras e repetência.

No que se refere, ao financiamento, foi determinado que a verba fosse repassada às instituições federais de educação superior, que serão responsáveis pela implantação das ações e pela definição dos critérios de seleção desses alunos que serão beneficiados pelos projetos.

Os princípios que dirigem o Plano Nacional de Assistência Estudantil segundo (BRASIL, 2007) são: a gratuidade do ensino; a igualdade de condições de acesso, a garantia da democratização e a qualidade dos serviços prestados a comunidades estudantis; a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos, o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Os objetivos gerais e específicos do Plano prezam: pela garantia ao acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES; da formação ampliada, da produção de conhecimento e garantir que recursos anuais do MEC destinadas às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil. Além de contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão.

E consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico e viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil

1.1.2 Assistência Estudantil nas Universidades Estaduais da Bahia.

Em janeiro de 2011 foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais-PNAEST. Programa esse voltados para as universidades e centros universitários públicos estaduais e gratuitos que aderirem ao SiSU²(Sistema de Seleção Unificada), que as Universidades Federais em sua maioria já aderiram integralmente ou parcialmente como parte do seu processo seletivo.

O Financiamento ficará a cargo do MEC que repassará esse recurso da União para serem utilizados para a promoção de ações voltadas à assistência de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições públicas estaduais, de acordo com a quantidade de vagas oferecidas no sistema.

As instituições públicas estaduais e gratuitas que oferecerem até 200 vagas no SiSU (Sistema de seleção unificada do MEC, em articulação com o ENEM) receberão até R\$ 150 mil; entre 201 e mil vagas, até R\$ 750 mil; acima de mil vagas, até R\$ 1,5 milhão.

Segundo o MEC, a instituição que oferecer, na primeira edição do SiSU de cada ano, entre 50% e 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos habilitados a participar do sistema, receberá uma bonificação de até 30% sobre o valor do recurso a ser repassado.

As instituições que ofertarem acima de 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada curso, receberá até 50% sobre o valor a ser repassado.

²O SISU foi desenvolvido pelo MEC para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Enem como única fase de seu processo seletivo.

Quadro 1: Adesão Enem 2015 e SISU 2016 das universidades estaduais do Brasil.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO NORDESTE	
Universidade de Pernambuco (UPE)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU no 1º semestre e vestibular de Engenharias no 2º semestre
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	Parte das vagas serão preenchidas pelo Enem/SiSU Enem/SiSU
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	25% das vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	Metade das vagas pelo Enem/SiSU

UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO NORTE

Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	Todas as vagas pelo Enem, mas sem aderir ao SiSU.
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Aderiu ao Enem/SiSU, mas o modelo será divulgado apenas no edital do Prosel.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO SUDESTE

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU, exceto cursos que exigem teste de habilidade específica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Nota do Enem 2015 ou 2014 pode ser usada para aumentar nota da primeira fase
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	60% das vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU

UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO SUL

Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Vai oferecer 17,5% das vagas pelo Enem/SiSU mais vagas remanescentes do Vestibular
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Enem é usado para vagas remanescentes
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	De 10% a 36% das vagas de cada curso pelo Enem/SiSU

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	25% das vagas do Vestibular de Verão serão preenchidas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	50% das vagas pelo Enem/SiSU
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERG)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU; exceto para os cursos que exigem teste de habilidade específica

UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESTADUAIS DO CENTRO-OESTE

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU no 1º semestre e vestibular no 2º semestre
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	Todas as vagas pelo Enem/SiSU

FONTE: A autoria própria, 2016.

Através do exposto pela tabela, apenas duas universidades baianas aderiram ao SISU, como forma de acesso, foram a UESC integralmente e a UNEB parcialmente.

A UEFS, objeto do presente estudo, que é uma universidade estadual, até o momento não aderiu ao SiSU, como parte do processo de seleção. Essa não adesão torna-se também um desafio, posto na atuação profissional das assistentes sociais da universidade, uma vez que a materialização da Política de Assistência Estudantil necessita de verbas para a sua materialização e principalmente o aumento da quantidade de auxílios permanência que são oferecidos.

A mesma possui o ProSel, vestibular realizado duas vezes ao ano, dividido em três dias de aplicação. A mesma destina 50% das vagas para alunos que cursaram todo o Ensino Médio e, no mínimo, dois anos do Ensino Fundamental em escolas da rede pública.

Deste total, 80% são reservados a alunos que se autodeclararem negros. São destinadas, ainda, duas vagas a mais de cada curso para membros de grupos indígenas e/ou para a comunidade quilombola, prioritariamente oriundos de escolas públicas.

Essa não adesão por parte da universidade reduz a quantidade desses benefícios que são ofertados pela mesma. O principal impacto dessa não adesão ao PNAEST, é de ordem financeira, as Universidades Estaduais atravessam por um momento de cortes no orçamento, o que dificulta também a UEFS em garantir os benefícios ofertados, que certamente irá refletir na ampliação da política de assistência estudantil na universidade.

As universidades que fizeram a adesão, ao SISU segundo o MEC, poderão receber da União um valor que vai de R\$ 150 mil até R\$ 1,5 milhão, como já foi sinalizado, de acordo a quantidade de vagas oferecidas pelo SISU em seu processo de seleção, que podem ser usados na promoção da política de assistência estudantil.

Através da realização do estágio supervisionado I e II, no setor de serviço social da UEFS, pude perceber que um dos principais desafios referentes à política de permanência é a residência universitária, que é a principal modalidade de auxílio permanência oferecida pela mesma.

A Política de Assistência Estudantil da UEFS, não oferece Auxílio Emergencial, que se torna um grande aliado para os alunos, que ingressam na Universidade, mas por questões principalmente financeiras não conseguem prover a sua permanência na mesma.

A principal modalidade de Auxílio Permanência é a Residência Universitária, até o momento são oferecidas 173 vagas na RESI, sendo 101 vagas femininas e 72 vagas masculinas, além de 3 vagas para portadores de necessidades especiais. Levando em conta a quantidade de alunos matriculados na UEFS, cerca de 8.000, essa quantidade de vagas é ainda insuficiente.

Uma parte dos residentes da RESI é de cidades circunvizinhas, a Feira de Santana como: Amélia Rodrigues, Santa Barbara, Ipirá, Anguera, Cruz das Almas, Cachoeira, Governador Mangabeira, Salvador, esses residentes estão a espera de um processo seletivo, que acontece anualmente, para se

regularizarem na residência e, permanecerem de uma forma mais adequada na mesma.

Se houvesse a adesão ao programa a universidade teria que, de acordo com as diretrizes do PNAEST, criar novas modalidades de auxílios permanência (auxílio deslocamento, auxílio aluguel) que seria consideravelmente relevante, para a redução da quantidade de alunos excedentes na residência, e ampliar o acesso também de outros alunos ao programa de permanência da universidade.

O Estado da Bahia, em 2014, firmou o compromisso de criar a Política de Assistência Estudantil para a educação superior. O Governo baiano se responsabiliza pelo financiamento e a criação do programa de permanência estudantil.

A UEFS fez a adesão ao programa do Governo da Bahia que pretende a partir de do presente ano, criar mecanismos que garantam a permanência estudantil.

O objetivo geral do programa é contribuir para a permanência de estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas estaduais da Bahia, por meio de Bolsa - Auxílio, exclusivamente para os matriculados nos cursos de graduação presencial a partir de 2016.

Esse programa em seus objetivos específicos visam, atender aos estudantes matriculados nas Universidades Estaduais cujas famílias estejam Cadastradas no CadÚnico; garantir, através de Bolsa Permanência Estudantil, a inclusão dos cursos da Educação Superior aos estudantes beneficiados e contribuir com as UEBA's para a redução de evasão e do abandono de estudantis.

O Programa tem por meta, atender estudantes do Cadastro Único de Programas Sociais matriculados nas Universidades Públicas Estaduais por até 2/3 da duração do curso com: Auxílio-Alimentação; Auxílio-Transporte e Auxílio-Moradia.

Tanto em relação ao auxílio-alimentação quanto ao auxílio-transporte o plano desejado é atender a 100% dos estudantes cadastrados no Programa de Permanência Estudantil. O auxílio-moradia através do cadastramento efetuado pela Secretaria de Educação foi implantado por uma demanda dos alunos com

residência de origem comprovada na matrícula regular situada fora da sede do campus em que o estudante esteja matriculado.

As estratégias utilizadas para a identificação dos alunos que tem o perfil para essa política foram divididos em três fases. A Primeira fase através de todas as universidades foi realizado um levantamento dos dados pessoais dos estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial.

Já a segunda fase através da base de dados do CadÚnico do Governo Federal, foram feito o cruzamento das informações para quantificar e qualificar os possíveis beneficiários do Programa de Permanência Estudantil.

Quadro 2: Identificação de estudantes matriculados e cadastrados no CadÚnico – junho 2015

UEBs	Matrícula Graduação 2015.1	Nº Estudantes Cadúnico	% Beneficiários
UNEB	20.395	5.365	26,30
UEFS	8.058	1,113	13,81
UESC	6.029	840	13,93
UESB	7.769	1.631	20,99
TOTAL	42.251	8.949	21,18

Fonte: Dados de matrículas das Reitorias das UEBA's e cadastros do CadÚnico, junho 2015.
Nota: Parâmetros cruzamento com o CadÚnico: Nome do estudante; Nome da mãe.

Analisando o número de alunos matriculados em 2015.1, apresentados na tabela, foram identificados 8.949 estudantes de famílias cadastradas no CadÚnico³. Ou seja mais de 1/5 (um quinto) das matrículas nas graduações presenciais das Universidades Estaduais da Bahia.

A terceira fase criação de um cadastro específico para quantificar os estudantes identificados no CadÚnico. Essa fase buscou-se aprofundar o perfil desses estudantes e para dimensionar o programa. Nessa fase foram enviadas carta aos 8.949 estudantes identificados no levantamento inicial.

³Até o presente momento, não é viável fazer uma avaliação sobre o processo de cruzamento de dados referentes aos alunos, que possuem registro no CadÚnico. O programa de permanência estudantil do estado da Bahia, ainda não foi implementado nas universidades, pretende-se a partir de 2016, por essa razão que não se tem dados mais precisos a respeito.

Segundo o programa de Permanencia do Estado da Bahia -2016,as condicionantes para está inserido nesse Progarama,é fornecer os documentos que provem a sua situação de vulnerabilidade social e local de residência do estudante. Será necessário a comprovaçãode que o estudante obrigatoriamente com vínculo no CadÚnico, ou seja possua:

- Renda familiar mensal de até 1/2 (meio) salário mínimo per capita.
- Renda familiar mensal total de até 3(três) salários mínimos.
- Não tenha qualquer vínculo empregatício.
- Esteja matriculado exclusivamente em cursos de graduação presencial,porém que não tenha ainda concluído qualquer curso de nível superior. Já em relação ao Auxílio Moradia,comprove que reside com a família registrada no CadÚnico fora da sede do município do campus de matrícula e que necessite mudar de domicílio para frequentar o curso.

Pra permanecer no Programa, o estudante deverá comprovar:

- Aproveitamento e renovação de matricula semestralmente,
- Está matriculado em número de disciplinas que a formação em tempo mínimo definido pelo curso que estuda.
- Aprovação em todas as disciplinas matriculadas, não sendo permitido o trancamento total ou parcial de disciplinas ou cancelamento de matrícula.

A forma de pagamento será mensal, através do cartão-benefício. O período de duração da Bolsa Permanência será por até 2/3 do período previsto de duração do curso que esses aluno está matriculado.Ao concluir a graduação esses alunos serão direcionados para programa de estágio e primeiro emprego,direcionados para a sua área de atuação.

2 UEFS: HISTÓRIA E PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS.

Este capítulo é composto de duas seções. A primeira seção vai apresentar um breve histórico da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), objeto do meu estudo. A segunda seção vai apresentar a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da UEFS, e sua política.

2.1 Conhecendo um pouco a Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.

A Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS foi criada em 1968, autorizada pelo Decreto em 1976, nasceu como resultado de uma estratégia governamental com o objetivo de interiorizar a educação superior, até então, circunscrita à capital, Salvador, a UEFS encontra instalada no Portal do Sertão.

Até então denominada como Fundação Universidade de Feira de Santana, foi estruturada fundamentalmente em dois princípios da Reforma Universitária: o de não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e o da dissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade Estadual de Feira de Santana é uma Instituição Pública e gratuita, mantida pelo governo do Estado da Bahia, sob o regime de autarquia. Têm por objetivo de interiorizar a educação superior, contribuindo para a ampliação e extensão do sistema de ensino, como também visa o desenvolvimento integral de pessoas, oferecendo uma formação geral, profissional e continuada.

Por estar situada no Portal do Sertão, a UEFS vem se expandindo rapidamente, desenvolvendo atividades objetivando a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dessa região.

Hoje a UEFS possui sete módulos em seu Campus Universitário, sediado em Feira de Santana, onde são desenvolvidas as atividades acadêmicas com a disponibilização de salas de aula, auditórios, salas de vídeo, laboratórios e variados recursos focados no aprendizado estudantil.

Além dessas estruturas acadêmicas, a UEFS dispõe também de um Restaurante Universitário (também denominado de Bandeirão), uma creche,

do Centro de Educação Básica (CEB), da Residência Universitária (RESI), do Observatório Astronômico Antares, de uma estação climatológica, do Centro de Treinamento Xavantes, da Sede de Educação Ambiental, do Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA), do Centro de Cultura Amélio Amorim (CCAA), do Museu Casa do Sertão e de seis clínicas odontológicas, dentre outras estruturas propícias para a produção, pesquisa e divulgação de conhecimento acadêmico.

A administração da UEFS é dividida entre a Administração Superior, composta pelos Conselhos Superiores e pela Reitoria que é responsável pela coordenação e execução da política administrativa da UEFS, assim como pela revisão do conjunto, e a Administração Básica e Adstrita, composta por Órgãos da Administração Inerente e pelos Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Atualmente, a UEFS possui cerca de 8.000 alunos distribuídos em seus 27 (vinte e sete) cursos regulares de graduação, sendo 14 (catorze) bacharelados e 13 (treze) licenciaturas, os cursos são: administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Farmacêuticas, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de alimentos, Engenharia da Computação, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado em Física, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Ensino Fundamental, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras com Espanhol, Licenciatura em Letras com Francês, Licenciatura em Letras com Inglês, Licenciatura em Letras Vernáculas, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, Medicina e Odontologia.

A UEFS tem como atribuição atingir a excelência acadêmica, exigindo a ampliação e qualificação contínua dos serviços prestados; redefinir o modelo institucional que contemple estrutura e processos mais ágeis, flexíveis, eficientes e o adequado comportamento organizacional; estabelecer políticas educacionais adequadas ao novo contexto.

2.2 Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da UEFS, e sua Política.

As normativas que fundamentam o ensino são pautadas na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que apresentam a educação como um direito de todos, sendo um dever do Estado e da família, com o objetivo desenvolvimento integral do indivíduo, sendo assim, seu acesso deverá ser pautado observando-se o princípio de igualdade de condições de acesso e permanência.

A partir desta garantia de acesso a educação, implica-se a viabilidade de se promover políticas, ações e programas que possam garantir o acesso a todos e possibilitar a permanência daqueles que por situação de vulnerabilidade socioeconômica teriam dificuldade de se manter nas instituições de ensino.

Antes de discorrer sobre a PROPAAE, é necessário que se fale como era o funcionamento da (UNDEC) Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário, que foi substituído pelo da PROPAAE.

Até a instalação da PROPAAE no dia vinte e quatro de outubro de 2014, quem era responsável pelo estabelecimento de políticas relacionadas à integração e promoção social da Comunidade Universitária: servidores técnico-administrativos, professores e estudantes, além de coordenar, promover e acompanhar o desenvolvimento e a execução de programas sociais da Instituição era a UNDEC.

A mesma interação com os vários órgãos/setores da UEFS e com a comunidade externa, através da DIAC - Divisão de Ação Comunitária, CICOM - Coordenação de Integração Comunitária, CODAE - Coordenação de Assuntos Estudantis, SAP - Serviço de Apoio Psicopedagógico, Serviço de Assistência Jurídica, Serviço Social, SESU - Serviço de Saúde Universitário, Centro de Educação Básica da UEFS (CEB- Creche e CEB- Escola), além das diversas Comissões próprias da Unidade ou das que faz parte dentro e fora da Instituição.

Com a instalação da Pró-Reitoria houve a realocação para outros setores administrativos da UEFS dos serviços que eram oferecidos pela extinta UNDEC e não tinham relação com assuntos estudantis: o Serviço de Saúde –

SESU (vinculado provisoriamente à Reitoria), do Centro de Educação Básica - CEB – Creche (agora vinculada à Gerência de Recursos Humanos) e Escola – mantida por convênio firmado entre a UEFS e Prefeitura Municipal de Feira de Santana (provisoriamente vinculada à Reitoria), SAJ – Serviço de Assistência Jurídica (agora vinculado ao Colegiado do Curso de Direito), Casa do Professor (agora vinculada à Unidade de Infraestrutura e Serviços - UNINFRA), Convênios (Unimed, Sesc, Cursos de Inglês) - agora vinculados à UNINFRA e à Assessoria Especial de Relações Interinstitucionais – AEI.

2014 estão às seguintes responsabilidades da PROPAAE:

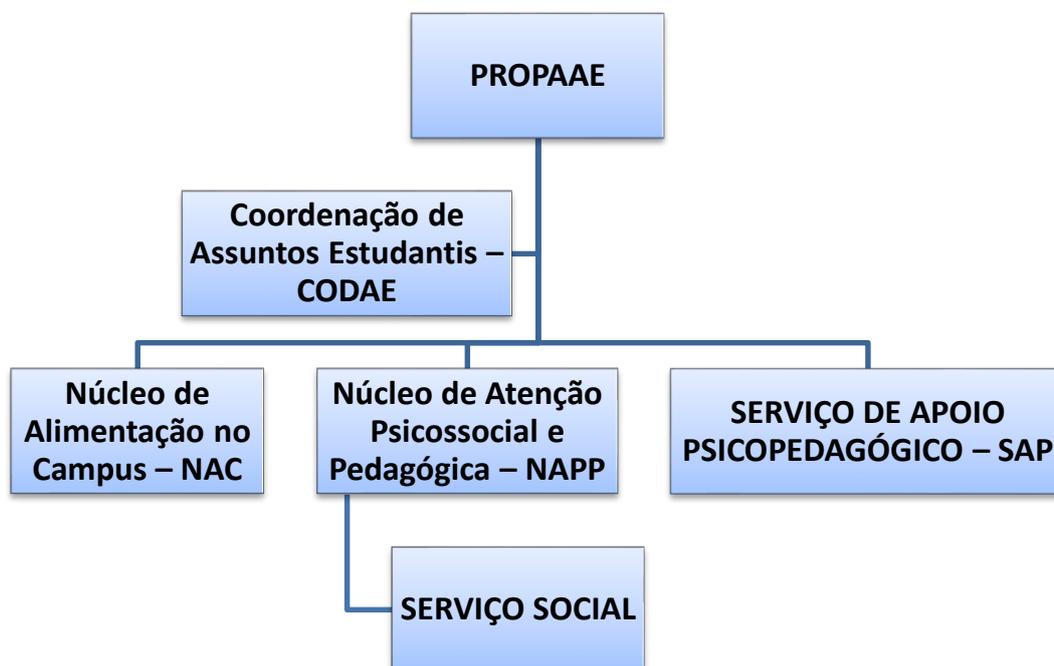
- Administração do Restaurante Universitário (Bandejão);
- Administração dos contratos de concessão de uso das Cantinas (Módulos 3 e V);
- Residência Universitária: seleção para ingresso e manutenção;
- Residência Universitária Indígena: manutenção;
- Apoio para estudantes para apresentação de trabalho em evento por meio de concessão de passagens;
- Apoio para participação em eventos por meio de concessão de ônibus (para os D.A`s e DCE);
- Apoio às Entidades Estudantis cadastradas (Diretório Central dos Estudantes, Diretórios Acadêmicos, Empresas Juniores, Comissões de Formatura, para o desenvolvimento das atividades;
- Apoio aos eventos realizados pelas Entidades Estudantis cadastradas.

Pelo pouco tempo de instalação Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, apenas um ano e cinco meses, comparado a atuação da UNDEC, ainda é imaturo dimensionar os resultados da atuação da PROPAAE na universidade.

Além disso, é responsável pela execução da assistência estudantil voltada principalmente aos discentes em situação de vulnerabilidade social e ações afirmativas voltadas aos discentes cotistas de acordo com as políticas da administração superior da universidade.

Dentro da Pró-Reitoria encontram-se os seguintes setores:

Organograma1: PROPAAE



Fonte: Autoria própria, 2016.

Segundo o Relatório de Atividades PROPAAE 2014, os setores que fazem parte da PROPAAE desenvolvem as seguintes atribuições:

➤ **COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – CODAE**

Oferece apoio logístico, orientação e igualdade de oportunidades, baseada na política de acesso e permanência da UEFS. Dentro da área de atuação da CODAE, estão:

- Oferecem com o apoio de outros órgãos/setores da Universidade, assistência técnica às atividades acadêmicas, políticas, esportivas e/ou artístico-culturais estudantis.
- Recebe e assessorar os estudantes residentes e residentes indígenas em suas demandas, bem como supervisionar e proceder com as solicitações referentes à infra-estrutura das residências.

- Proporciona apoio de ordem logística às entidades estudantis em suas atividades, como festas, simpósios, encontros, semanas de cursos, dentre outras.
- Gerencia e acompanhar duas modalidades de bolsas institucionais: a Bolsa Acadêmica e a Bolsa Auxílio-Especial.
- Integra a Comissão Administrativa da Residência Universitária - COARUNI.
- Coordena o processo administrativo do Programa de Estágios, viabilizando a documentação necessária para inserir o aluno nesse processo prático de aprendizagem.

➤ **NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO NO CAMPUS – NAC**

O Núcleo incorpora já a estrutura da PROPAAE, e substitui a CICOM – estrutura que integrava a UNDEC. Sob a responsabilidade do NAC foram conservadas as atividades relacionadas à administração dos contratos de concessão de uso por empresas dos espaços das cantinas e do restaurante universitário.

➤ **SERVIÇO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO – SAP**

Tem como finalidade atender às necessidades da Comunidade Universitária no que se refere à prevenção, intervenção, avaliação, acompanhamento e orientação no âmbito dos diversos aspectos do processo educativo. É um espaço de escuta, acolhimento, reflexão, orientação e de encaminhamento das questões relacionadas aos processos psico-sócio-educacionais desta comunidade.

As atividades realizadas são:

- Atendimentos pedagógicos, Psicopedagógico e psicológicos, individuais e coletivos, aos estudantes, servidores, professores e comunidade.
- Oficinas diversificadas nas diversas áreas: artes, contação de histórias, dobraduras, stress, administração do tempo, relações interpessoais, dentre outras.
- Oficina Permanente, de caráter semanal, com os idosos da Universidade Aberta à Terceira Idade.
- Seminários e mesas redondas.

- Grupos de estudos.
- Acompanhamento de estudantes bolsistas.

O SAP Integra a Comissão Administrativa da Residência Universitária - COARUNI.

➤ **NAPP /SERVIÇO SOCIAL**

Hoje dentro do NAPP- Núcleo de Atenção Psicossocial e Pedagógica encontram-se, pedagogos, psicólogos e o serviço social.

O setor de Serviço Social tem por atribuição realizar atendimento as demandas sociais dos servidores técnico-administrativos, professores e estudantes da UEFS, também aos prestadores de serviços.

Trabalham diretamente com a Coordenação de Assuntos Estudantis, Residências Universitárias- RESI, Residência Indígena- RI e CEB- Escola, bem como a outros setores não vinculados a PROPAAE: Centro de Educação Básica da UEFS: CEB- Creche e Serviço de Saúde Universitário - SESU.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço Social são:

- Atendimentos e encaminhamentos sociais.
- Acompanhamento de situações-problema.
- Avaliações sócio-econômicas.
- Trabalhos sócio-educativos.
- Elaboração, execução e gestão de programas/projetos.
- Realização de estudos e pesquisas sociais, entrevistas, relatórios e pareceres sociais.
- Participação em reuniões.
- Participação em Comissões: Comissão Administrativa da Residência Universitária – COARUNI, Comissão de Ações Afirmativas, Comissão para Elaboração de Política Institucional de Educação e Inclusão para a UEFS.

Modalidades de Auxílio da PROPAAE-UEFS:

➤ **Residência Universitária**

Assegura moradia a estudantes comprovadamente carentes, através da avaliação sócio-econômica. Existem 173 vagas, sendo 101 vagas femininas e 72 masculinas, e 3 vagas para portadores de necessidades especiais. Além da residência tradicional existe a Residência Indígena e a Casa do Índio no Feira VI. As seleções acontecem anualmente via edital.

➤ **Bolsas Institucionais**

A CODAE gerencia duas modalidades de bolsas institucionais: bolsa acadêmica e a bolsa auxílio - especial. Essas bolsas concedem um auxílio financeiro aos estudantes moradores da Residência Universitária, de acordo com a Resolução CONSEPE 165/2006.

Já a Bolsa Acadêmica segundo a Resolução CONSEPE 73/2001, tem por finalidade estimular as atividades acadêmicas e colaborar para fortalecimento dos estudos na área de sua formação. Já a Bolsa Auxílio Especial é oferecido a todos os estudantes residentes da universidade.

Quadro 3: Número de bolsas atendidas-2013

Mês	Bolsa Auxílio	Bolsa Acadêmica
Janeiro	68	93
Fevereiro	65	81
Março	58	68
Abril	57	75
Maio	75	82
Junho	73	80
Julho	73	78
Agosto	78	89
Setembro	74	89
Outubro	72	90
Novembro	77	88
Dezembro	75	85

Fonte: Relatório de Atividades PROPAAE 2014

➤ **Apoio às Entidades Estudantis**

A CODAE através da política de apoio às entidades da PROPAAE acompanha, solicita e intermédia junto aos demais setores da UEFS as demandas concernentes à realização de eventos organizados por estudantes e às atividades internas administrativas.

➤ **Programa de Estágios**

Através da CODAE são identificadas e divulgadas as oportunidades de estágio, como também ajustar as condições de sua realização e fazer o acompanhamento administrativo, para a realização do estágio os decentes devem ter matrícula e frequência regular na Universidade e formalizar junto à CODAE os documentos necessários para validar a atividade.

➤ **Programa Institucional de Bolsa Alimentação**

São usuários do Restaurante Universitário os estudantes da Universidade, com direito a subsídios parciais e os integrais. A Bolsa Alimentação Integral é concedida aos estudantes das Residências Universitárias (Tradicional e Indígena) e a estudantes selecionados por meio de edital com base em avaliação socioeconômica, realizada pelo Núcleo de Atenção Psicossocial e Pedagógico - NAPP.

Os demais estudantes e visitantes e servidores docentes e técnicos da Universidade pagam integralmente o valor da refeição a empresa concessionária. O acesso ao RU acontece através do cadastramento das digitais na PROPAAE.

A Bolsa Alimentação tem duração de 06 (seis) meses, podendo ser renovada, sempre por igual período, caso permaneça em situação de vulnerabilidade social e será automaticamente cancelada quando da formatura do discente.

Quadro 4: Quantidade de refeições servidas integral e valores-Mês janeiro a dezembro

MÊS	Nº DE BOLSAS INTEGRAIS UTILIZADAS	VALOR R\$
Janeiro	4.950	R\$22.798,50
Fevereiro	4.083	R\$18.665,50
Março	10.308	R\$47.235,28
Abril	8.433	R\$40.482,72
Maio	11.971	R\$57.114,00
Junho	8.248	R\$40.087,35
Julho	10.715	R\$51.953,31
Agosto	7.624	R\$36.942,21
Setembro	11.532	R\$54.959,76
Outubro	12.976	R\$62.221,50
Novembro	12.998	R\$61.847,28
Dezembro	7.889	R\$37.480,77
TOTAL	111.727	R\$531.778,18

Fonte: Relatório de Atividades PROPAE, 2014

Quadro 5: Quantidade de refeições servidas parcial e valores-Mês janeiro a dezembro

MÊS	Nº DE BOLSAS PARCIAIS UTILIZADAS	VALOR R\$
Janeiro	12.320	54.809,10
Fevereiro	10.854	47.699,80
Março	31.954	144.202,74
Abril	25.137	120.127,49
Maio	36.514	173.895,09
Junho	26.514	124.225,58
Julho	33.229	158.272,79
Agosto	22.592	106.663,24
Setembro	38.173	180.508,64

Outubro	42.536	1202.341,02
Novembro	39.518	187.618,51
Dezembro	22.982	106.973,87
TOTAL	341.939	R\$1.607.367,87

Fonte: Relatório de Atividades PROPAAE 2014.

➤ **Programa de Concessão de Passagens Terrestres**

Oferece apoio através da concessão de passagens terrestres e aéreas, o mesmo tem por objetivo contribuir para que os discentes participem de Congressos, Seminários, Simpósios, Encontros Regionais, Estaduais e Nacionais.

➤ **Concessão de ônibus /Micro ônibus para viagens de estudantes**

Disponibilidade de transportes para o deslocamento de estudantes para eventos universitários (congressos, fóruns, simpósios).

➤ **Serviço de Apoio Psicopedagógico- SAP**

Espaço de acolhimento e escuta das questões voltadas para ao ensino e aprendizagem, que atende a comunidade acadêmica da UEFS, esse trabalho é desenvolvido através do diálogo com outras áreas do conhecimento.

3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo é composto de duas seções. A primeira seção aborda a atuação profissional do assistente social na assistência estudantil no ensino superior. A segunda seção traz o trabalho do serviço social e suas demandas na assistência estudantil, dentro da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE).

3.1 O profissional Assistente Social e sua atuação na Assistência Estudantil.

No Brasil, a inclusão do profissional de Serviço Social junto à política de educação é marcada desde a origem dos processos constitutivos da profissão, isto é, desde a década de 1930 (CFESS, 2011). Nos dias atuais a educação no Brasil é essencialmente um reflexo do processo histórico de mudanças sociais, em que o sistema educacional passou.

Compreender as contradições que permeiam a educação demanda maior atenção a este processo histórico, levando em conta, sobretudo, as transformações da sociedade em uma dimensão mais ampla.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo e tem sua atuação pautada nas diversas expressões da Questão Social⁴. A intervenção do assistente social caminha, entre outras instâncias, desde as manifestações de violações de direitos, até os mais diversos tipos de desigualdade presentes na sociedade.

Assim sendo a atuação do assistente social no cenário contemporâneo se coloca de forma ampla e diversificada diante das variadas formas que as contradições advindas da relação entre capital e trabalho se expressam na sociedade. Segundo FRAGA (2010: 46 – 47):

O AS [Assistente Social] exerce sua atividade profissional em diversos espaços, âmbitos, áreas, segmentos populacionais (criança e adolescente, idoso, pessoas portadoras de necessidades especiais, família) e em diferentes setores (seguridade social: saúde, previdência social, assistência social; educação, trabalho, habitação e na questão agrária).

⁴ Para Iamamoto (2007: 77) “A questão social é a expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Dessa multiplicidade de possibilidades de atuação advém também uma variedade de processos de trabalho, o que exige desse profissional um arsenal de conhecimentos variados.

Com isso, torna-se possível perceber a atuação de assistentes sociais em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, como no judiciário, na saúde, na habitação, na assistência e, cada vez mais enfaticamente, na educação, além de outros campos.

Essa inclusão do profissional assistente social nos espaços educacionais, o seu trabalho desenvolvido, vale ressaltar, que não deve ser confundido com o dos educadores, dos orientadores educacionais e professores.

O Ensino superior é também um espaço de atuação do Serviço Social, de acordo com Souza (2005, p.33):

Nas universidades, o Assistente Social tinha como atividades organizar as refeições e residências estudantis, aprovar bolsa de estudo e ter atenção à saúde dos estudantes. E, ainda, a tarefa de sensibilizar os universitários em relação aos problemas da comunidade, promovendo conferências sobre problemas da atualidade e a realização de atividades em bairros marginalizados,

Assim, os assistentes são chamados a atuar em todas as frentes que envolvem a permanência estudantil, essa atuação visa atender as demandas apresentadas na perspectiva de garantia de direitos, na perspectiva da construção de sujeitos capazes de encontrar alternativas para o enfrentamento das dificuldades surgidas em sua trajetória acadêmica.

Portanto nessa atuação o projeto-ético político do Serviço Social torna-se um aliado nos desafios que são postos no decorrer dos processos de trabalho. Trata-se, portanto, de explicitar a categoria profissional a implicação de um trabalho, no intuito de compartilhar saberes quanto a áreas de atuação no compromisso em pactuar com projeto ético político da categoria e na emancipação do ser social.

O assistente social no ensino superior, também é requisitado para o planejamento da política de assistência estudantil, pelo reconhecimento da profissão como especialista em políticas públicas. Porém, para isso é imprescindível que esse profissional tenha conhecimento da política

educacional, da legislação acerca da assistência estudantil e acerca da educação.

Todavia, a profissão está inserida no contexto da sociedade, o que a torna dinâmica enquanto tal cabe a cada profissional estar preparado para as novas particularidades que se apresentam neste cenário, observando-as de forma crítica e revelando sobre tais, novas possibilidades de atuação profissional.

Para isso, esse posicionamento exige estratégias pautadas, principalmente, na dimensão ético-política, do projeto profissional, em defesa da universalidade do acesso a bens e serviços sempre prezando pela qualidade, de forma que esses programas, projetos e serviços da Assistência Estudantil signifiquem compatibilidade de avanços tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Se compreendermos como a educação é posta atualmente, como profissionais teremos a percepção, da estreita ligação tanto de relevância como de compromisso que essa profissão tem, para romper com a formação alienante, em que cada vez mais a sociedade é dirigida pelos diplomas, por meio de um trabalho sócio educativo realmente embasado em seu ideal social e político de tornar os indivíduos capazes de autonomamente lutar pelos seus direitos.

Neste sentido, que esse profissional na assistência adota uma enorme posição no campo educacional, com base no duplo caráter da ação do serviço social, tem-se o objetivo na assistência estudantil, criar meios para a superação das adversidades individuais e estruturais que comprometem a formação de alunos oriundos das classes menos favorecidas.

Incidindo diretamente sobre o cenário de desigualdade, que reflete muitas vezes no insucesso acadêmico, bem como na promoção de uma postura crítica frente à educação posta pelo capitalismo, atendendo aos princípios éticos profissionais do serviço social.

Dessa forma, é necessário que cada assistente social se questione diariamente sobre a posição que assume nos dias atuais, visto que as áreas que demandam sua atuação estão para além do campo estrutural.

3.2 O trabalho do serviço social e suas demandas dentro da Pró- Reitoria De Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE).

A atuação profissional do assistente social, na assistência estudantil é posta diversas atribuições, dentre elas estão à seleção dos universitários para receber benefícios estudantis, através de vaga nas residências universitárias, do recebimento de auxílios ou bolsas dos mais diversos programas que formam a política de assistência estudantil nas universidades.

Na UEFS o setor de Serviço Social, é composto por seis Assistentes Sociais, as mesmas fazem parte da Comissão Administrativa da Residência Universitária (COARUNI), comissão paritária (50% de representação dos estudantes moradores da RESI e 50% de representantes da Administração Superior) responsável pelas deliberações referentes à Residência Universitária, principalmente pelo processo seletivo para o ingresso dos novos residentes da casa. Sua importância dá-se pelo fato de ter a participação dos estudantes na avaliação dos pleitos, maiores interessados nas questões relacionadas ao benefício de moradia.

Além da participação nessas comissões, as atividades desenvolvidas pelo serviço social também são: atendimentos e encaminhamentos sociais; acompanhamento de situações-problemas; avaliações sócio-econômicas; trabalhos sócio-educativos; elaboração; execução e gestão de programas/projetos; estudos e pesquisas sociais; entrevistas; relatórios; pareceres sociais e reuniões.

O público alvo do setor consiste em estudantes, servidores, técnicos, específicos, técnicos universitários, analistas universitários e professores, bem como prestadores de serviços que atuam no campus da UEFS e eventualmente pessoas da comunidade externa. Em conjunto com outras categorias, o serviço social desenvolve atividades multiprofissionais tanto com os profissionais da UEFS, quanto o de órgãos externos a mesma.

Quadro 6: atendimentos do serviço social comparativo de atendimento por categoria.

Ano	Estudantes	Tec. Específicos	Professores	Comunidade	Total
2013	1396	656	59	222	2333
2014	1150	440	83	121	1794
TOTAL	2546	1096	142	343	4127

Fonte: Relatório de Atividades PROPAAE 2014

Através dos números expostos na tabela, nota-se que é um número considerável de atendimentos realizados para estudantes. Sendo assim, os atendimentos realizados com os alunos se concentram muito em período de seleção sócio-econômica para a RESI, CEB- Creche, bolsas acadêmica, bolsa auxílio – especial e bolsa alimentação.

Além desses atendimentos, existem também os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), que necessitam de uma intervenção mais especializada, envolvendo a intersectorialidade como: Colegiados acadêmicos, pedagogos, psicopedagogos, Rede de saúde universitária.

Além dessa articulação interna a universidade existe a articulação com setores externos como: Centros de Atenção Psicossocial-CAPS, Programas de Saúde da Família-PSF, Hospitais, Prontos Atendimentos, Policlínicas conveniadas em Feira de Santana, bem como outras cidades, pois a maioria dos estudantes da UEFS é oriunda de outras cidades.

Todo esse processo exige, a realização de ações contínuas que se desdobram em contatos internos e externos à UEFS para a construção da rede sócio assistencial de uma forma contínua.

Os demais atendimentos se concentram em demandas espontâneas que chegam ao setor, principalmente dos alunos recém ingressos na universidade, que vão à procura de informações a respeito da concessão de bolsas.

O acompanhamento social é realizado pelo setor aos servidores e estudantes, sendo uma das atividades que mais tem demanda a atuação das profissionais. Cada acompanhamento envolve a escuta, a construção de vínculos, o estabelecimento do contato para uma atuação conjunta entre

profissional e usuário, visando à superação das situações geradoras de demandas ao Serviço Social.

Além das atividades já expostas, que são realizadas, pelo serviço social na UEFS, uma das principais é a seleção de estudantes para serem contemplados com os benefícios sociais. Através do processo de estágio supervisionado I e II, tive a oportunidade de acompanhar a seleção socioeconômica para a RESI 2014.2, que é uma das principais atribuições do serviço social, na assistência estudantil dentro da PROPAAE.

Essa seleção demanda muito tempo e pouco prazo, para a sua realização. É composta por cinco etapas, dentre essas estão a entrega de documentos, análise socioeconômica, entrevista, visitas domiciliares e para finalizar a elaboração do parecer social.

Através da vivência que o estágio supervisionado me proporcionou, pude observar, que ao mesmo tempo, em que esse processo de seleção demanda certo tempo para a sua realização, observei, que ainda são poucas as ações desenvolvidas pela PROPAAE, que proporcionem uma maior divulgação da finalidade da Pró-Reitoria, e do Serviço Social, como também formas que facilitem a participação dos alunos nos processos seletivos.

Até então só, existe uma página no site da universidade, discorrendo um pouco sobre os objetivos da Pró-reitoria que envolve o setor de serviço social. Outro ponto é a não disponibilização no ato da matrícula dos alunos, a relação dos documentos que são necessários para a sua participação nos processos seletivos.

Um grande entrave relacionado à Política de Assistência Estudantil da UEFS é o tempo em que é lançado, isso ocorre já em período letivo, dificultando deslocamento desses alunos, até a sua cidade de origem, para recolherem esses documentos. Levando em conta as condições financeiras dos seus familiares, muitos deles agricultores familiar, assalariados ou autônomos, como também a falta de acesso à internet, para de alguma forma facilitar o recolhimento desses documentos.

Essa não disponibilização prévia da relação de documentos compromete, a não participação de alguns alunos nessas seleções, muitos desses residem em cidades do interior da Bahia, e em outros estados também.

Segundo o Código de Ética profissional no capítulo I, das relações com os usuários, Art.5, são deveres do assistente social contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de melhorar os serviços prestados.

Portanto, a Política de Assistência Estudantil se insere neste contexto como estratégia do Estado democrático, que vislumbra a educação como garantia dos direitos e não com privilégio de alguns, para promover a permanência dos estudantes que necessitam da intervenção de programas para a conclusão do curso. Deste modo, possibilita a igualdade de oportunidades entre os estudantes inseridos no curso superior.

3.3 Análise e discussão dos dados

Depois de obtidos os resultados, partimos para uma etapa de suma relevância que é análise e interpretação dos mesmos. Segundo Vale (2004), essa etapa é composta por três momentos: descrever, analisar e interpretar.

Para analisar os dados, foi criada uma sequência para melhor compreensão, formulamos algumas categorias, as mesmas foram divididas pelos elementos principais da pesquisa.

3.3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Quadro 7: Identificação dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Tempo de Formação
E1	55	F	8 anos
E2	51	F	9 anos
E3	45	F	4 anos
E4	35	F	16 anos

Fonte: Autoria própria, 2016.

Quadro 8: Situação profissional

Nome	Tempo de trabalho/UEFS	Regime de trabalho	Primeiro trabalho como assistente social	Trabalha em outras instituições	Experiências profissionais fora da assistência estudantil
E1	2 anos	Concursado 30 h	Não	Sim	Saúde Habitação Assistência social
E2	9 anos	Concursado 30 h	Não	Não	Saúde Justiça Assistência social
E3	19 anos	Concursado 30 h	Não	Não	Saúde
E4	4 anos	Concursado 30 h	Não	Sim	Saúde Justiça Assistência social

Fonte: Autoria própria, 2016.

O perfil das assistentes sociais participantes do estudo é: mulheres, com idade média é de 46 anos, concursadas 30 horas semanais. Possuem em média nove anos de atuação profissional, todas já atuaram em outro espaço sócio ocupacionais, duas delas hoje trabalham em outras instituições também.

São profissionais, com tempo de exercício profissional consideravelmente relevante, uma delas possui 19 anos de serviço na UEFS, as demais possuem também experiência profissional em outras áreas como: saúde, justiça, assistência social, habitação dentre outras.

As especializações, também são diversificadas: Saúde pública, Educação social, Serviço atendimento integral a família, Educação especial inclusiva, Saúde mental, Serviço social, Gênero e raça, a assistente social E4, possui mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Por conseguinte, profissionais teoricamente de certa forma preparadas para atuarem na educação, especificamente na assistência estudantil.

3.3.2 MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ao pensarmos em formação profissional não estamos nos reduzindo apenas ao ensino em Serviço Social. Essa formação profissional é “um processo contínuo e inacabado, de educação permanente, de construção de saberes mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional” (PINTO, 1997, p. 46).

Quadro 9: Opção pelo Serviço Social

Nome	Opção pelo Serviço Social
E1	“Estava em circunstâncias desfavoráveis a minha saúde”. ”Estava sem estímulo”. “Sempre tive vontade de fazer o curso”.
E2	“Trabalhei com uma assistente social, percebi que tinha afinidade com a profissão”.
E3	“Passei para Enfermagem e serviço social, optei pelo curso de serviço social, porque conheci duas assistentes sociais e me identifiquei com o trabalho delas”.
E4	“Era o curso mais acessível”.

Fonte: Autoria própria, 2016.

Partindo para questões mais subjetivas, relacionadas à motivação profissional, a assistente social E1, fez a opção pelo curso de serviço social por estar sem estímulo e por circunstâncias desfavoráveis. Porém essa afirmativa nos conduz a pensarmos, até que ponto essa escolha deve ser motivada por fatores circunstanciais, mas sim por entender o real caráter que a profissão desempenha na sociedade.

Já as assistentes sociais E2 e E3, decidiram fazer o curso, por terem um contato com assistentes sociais já atuantes, despertando assim, o desejo pelo curso.

Por outro lado, através do relato da assistente social E4, a sua escolha pelo curso, foi por ser um curso mais acessível. Hoje essa realidade não é muito diferente, a opção pelo curso de serviço social, muitas vezes é influenciada pelo custo do curso, o que se transforma em uma porta de entrada para o ensino superior.

Essa escolha, por ser um curso mais acessível comparado a outras áreas, implica muitas vezes a não identificação com o caráter da profissão, que pode de certa forma comprometer a formação profissional e posteriormente a sua atuação profissional.

As questões relacionadas à formação inicial, e se a mesma, de certa forma deu subsídios para que atuassem na assistência estudantil. A assistente social E3, afirmam que:

E3: “Com certeza a formação profissional nos dá subsídio teórico e junto com a prática possibilita ao profissional uma atenção qualificada para responder as demandas institucionais, como no caso específico da assistência estudantil, onde se faz necessário vivenciar o dia a dia, até porque recebemos realidades não vivenciadas antes, como exemplo: estudantes com deficiências (psicossocial, visual, auditiva, física e mental)”.

Por outro lado a assistente social E4, afirmam que:

E4: “De suma importância para a BA nossa prática profissional”.

Posteriormente a essa afirmativa, é necessária que se suscitem alguns questionamentos. Até que ponto essa formação profissional está dando subsídios para uma atuação profissional na assistência estudantil? Será que essa prática profissional ultrapassa os limites institucionais que a UEFS possui? Ou se restringe ao que a universidade se propõe a fazer? A universidade promove espaços que contribuam para uma formação continua dessas profissionais? Será que a universidade dispõe de meios para que as assistentes sociais ofereçam uma atenção qualificada para as demandas posta em seu cotidiano? Em que sentido essa prática profissional é importante para a Bahia?

Quanto à principal motivação para trabalhar na UEFS e dentro da assistência estudantil as assistentes sociais E2 e E3, afirmam que:

E2: “Por ser um a instituição pública,” estabilidade profissional”.

E3: “....Saber que a educação é um processo transformador, além de ter acesso na UEFS, precisa da permanência para concluir os estudos....o profissional deve estar articulando com

outros setores da UEFS, bem como buscar a intersectorialidade para efetivar os direitos deste estudante” .

Na atualidade, com as transformações no mundo do trabalho, criaram uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada, mercado formal e informal, precários e estáveis, (ANTUNES, 2008). Essas características se exprimem em todos os segmentos dos trabalhadores na divisão sociotécnica do trabalho, especialmente em relação ao Serviço Social.

Segundo, (ANTUNES, 2008) o mundo do trabalho passa por profundas mudanças, na atualidade aumenta-se a competitividade, gerando duas categorias de trabalhadores: os qualificados e os desqualificados profissionalmente. Os primeiros passam por uma pressão constante para manterem-se atualizados, enquanto que os segundos encontram-se cada vez mais afastados das oportunidades de qualificação e, portanto com inúmeras dificuldades para a permanência no emprego, ou até mesmo para retornarem aos seus postos de trabalho.

Na contemporaneidade, existe um campo amplo de atuação profissional, embora esses espaços requeiram profissionais qualificados, para assim adquirirem um espaço no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo.

Embora essa transformação no mundo do trabalho, em que há uma redução e precarização dos postos de trabalho, cada vez mais se procura instituições que garantam estabilidade financeira. Isso se confirma o que motivou a profissional E2, trabalhar nesse na UEFS, todavia essa busca por estabilidade financeira acaba deixando de lado a identificação do profissional para com área que foi requisitada a trabalhar.

Ao mesmo tempo a profissional E3, entende a importância da sua atuação, como um processo transformador em que esse fazer profissional preze pelo compromisso, com a ampliação da cobertura de seus serviços, não apenas um encaminhamento, mas tendo como direção a universalidade de acesso aos bens e serviços referentes aos programas e políticas sociais e principalmente com qualidade dos serviços prestados.

Esses profissionais apresentam efetivas contribuições no processo de garantia de direitos, perfaz a compreensão que, os assistentes sociais, aliados

aos seus referenciais teórico-metodológicos contribuem estrategicamente na consolidação das diretrizes e dos princípios da assistência estudantil.

Segundo Yamamoto (2010, p.19), “Pensar o Serviço Social na atualidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação”.

Este decifrar requer, no entanto, uma gama de conhecimentos que permita compreender o que está sendo observado e quais os condicionantes se envolvem na dada situação, tanto em uma perspectiva macro social, quanto em uma perspectiva mais individual em que subjetividades estejam em questão.

Logo, para se ter essa visão, demanda um olhar mais aguçado da realidade e de conhecimentos que permita compreender o que está sendo posto em que subjetividades estejam em questão.

3.3.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O exercício profissional do assistente social, em qualquer espaço sócio-ocupacional tem caráter interventivo, pois é requerido e contratado como profissional, com a finalidade de intervir nas manifestações da questão social sofridas pela classe trabalhadora.

Nesta conjuntura, enfatiza-se a importância do Projeto Ético Político Profissional. O mesmo norteia o fazer profissional, reconhece a liberdade como valor central, compreendendo a liberdade como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; mostrando o compromisso com a emancipação autonomia, e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Esse projeto demarca-se a dimensão política quando o mesmo se coloca a favor da justiça social e da equidade, com vistas à universalização do acesso a bens e a serviços referentes às políticas e programas sociais; e também a ampliação e a consolidação da cidadania enquanto garantia políticas e sociais dos direitos civis da classe trabalhadora.

O campo educacional, em especial a Assistência Estudantil e sua relação com a atuação profissional do assistente social, tornar-se um espaço amplo e dinâmico de atuação.

Entretanto é preciso salientar, que a Assistência Estudantil não está

ligada à Política de Assistência Social, a mesma possui legislação própria, deste modo, não se submete aos princípios da regulamentação da Assistência Social.

A política de Assistência Estudantil é um dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, o que nos leva a pensarmos acerca dos direcionamentos profissionais no que correspondem à elaboração, implementação e avaliação dessa política.

A atuação profissional na dimensão sócio educativa tem atribuições diferentes no espaço institucional, que dialogam com outros profissionais inseridos nesse espaço.

Em grande parte esses profissionais nomeados para trabalhar nas universidades, tem como principal atribuição o planejamento e a execução da assistência estudantil, nos campi universitários ou nas pró-reitorias. Essa ação profissional, na educação pode ser desenvolvida de duas dimensões: Segundo Yazbek (1996: 57):

As ações profissionais dos assistentes sociais apresentam duas dimensões: a prestação de serviços assistenciais e o trabalho socioeducativo, sendo que há uma tendência histórica a hierarquizar a ação educativa em face ao serviço concreto. Na realidade é pela mediação da prestação de serviços sociais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua "clientela". Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa (e político/ideológica) da profissão, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o "cliente" em termos de sua forma de inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento de projetos e luta das classes subalternizadas.

Trazendo para o meu objeto de estudo, ao serem questionadas em relação dos espaços de debate que são oferecidos aos profissionais e discentes. As profissionais E1, E2 e E4, só conseguiram pontuar a existência dos Fóruns das UEBA's, que são realizados anualmente para discutir e avaliar a política de assistência estudantil.

E1: "As universidades estaduais realizam um Fórum de todas as universidades estaduais, onde permite avaliar e pensar as políticas públicas".

Na dimensão sócio educativa, o profissional assistente social pode atuar junto à comunidade acadêmica proporcionando espaços reflexivos promovendo

a discussão de diferentes temas que perpassam o ambiente universitário. Ou seja, esses momentos de debate e reflexão, não pode se restringir apenas a um evento anualmente, em que são discutidas ações em âmbito mais abrangente das universidades.

Essa ação também deve ser colocada no dia a dia profissional, em que haja uma inclusão dos discentes e profissionais para se criarem políticas voltadas para as particularidades da instituição e principalmente voltadas para as necessidades reais dos alunos.

Esses profissionais se tornam um importante aliado, no incentivo à participação nos espaços decisórios, como os conselhos universitários, dos estudantes nos diretórios e centros acadêmicos, nas diversas comissões deliberativas que se formam, no sentido de viabilizar uma gestão democrática.

Outro ponto central é a articulação da política de educação com as outras políticas sociais e a rede sócia assistencial. O assistente social poderá facilitar o processo de realização da intersetorialidade entre as políticas sociais, através do fortalecimento da rede. No fazer profissionais na UEFS, elas conseguem fazer essa articulação com outros setores fora da Universidade.

E2: “Sim, entretanto existem alguns entraves com instituições fora da universidade em virtude dos limites de cada instituição”.

E3: “Consigo, pois como disse anteriormente, é preciso articular com outros profissionais na UEFS, como psicólogos, pedagogos, Coordenadores de Colegiados, professores, médicos, enfermeiras, entre outros, além de outras Instituições como CAPS, Ministério Público, Hospitais, Clínicas, APAE, Fundações, entre outras.

Outro ponto, de extrema relevância é o conhecimento da política que o assistente social está trabalhando. Quanto ao nível de conhecimento, por parte das assistentes sociais, referentes à política de assistência estudantil da UEFS:

E3: “Com a implantação da PROPAAE, o Pró- Reitor trouxe muitas contribuições para discutir Políticas Afirmativas, através de um ciclo de debates para discutir essa Política entre os servidores da PROPAAE, bem como os estagiários do Serviço Social, o que trouxe o conhecimento mais apurado sobre o tema, além da troca de experiências, mas o que se verifica é que na Instituição as políticas são tratadas de forma dicotomizadas, pois eu participo de um Grupo de Trabalho

Permanente da Política Institucional de Educação Inclusiva da UEFS e não existe uma comunicação entre estes representantes para essa troca de saberes, das experiências, e também das vivências na UEFS.

Observamos que, embora tenha acontecido à implantação da PROPAAE, e a realização de discussões que a Pró-Reitoria trouxe, na fase de implantação da Pró-Reitoria, em relação à política de assistência estudantil, não existe por parte da universidade, espaços contínuos que propiciem uma comunicação entre os representantes das comissões criadas pela mesma.

A ausência desse espaço reflete no trato das políticas de uma forma repartida, ou seja, sem trocas de saberes, que sem dúvidas vai comprometer nas respostas as demandas que chegam ao setor, ficando em uma prática imediatista sem se pensar políticas em longo prazo, que garantam de verdade os direitos desses alunos.

Quadro 10: O que acham necessário para melhorar o nível de conhecimento.

Nome	O que acham necessário para melhorar o nível de conhecimento.
E1	“Acho válido fazermos seminário interno para discussão da política”.
E2	“Conhecer a Política de Assistência Estudantil de outras instituições de Nível Superior e leituras sobre o assunto”.
E3	“Promover mais espaços de discussões das políticas institucionais; formar grupos de estudos, para que haja a troca de experiências; conhecer os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e profissionais da assistência estudantil; promover debates, mesa redonda com outras Instituições de Ensino Superior para ampliar esse conhecimento”.
E4	“Acredito que a divulgação da política de assistência que a universidade adota já orienta o discente no que tange aos seus direitos, buscando a garantia para a sua permanência na universidade”.

Fonte: Autoria própria, 2016.

Segundo Yamamoto (2010, p. 03), a busca por conhecimento “se constrói no contraponto constante com a produção intelectual herdada, incorporando-a

criticamente e ultrapassando o conhecimento acumulado”.

Cada vez mais, surge a necessidade da formação continuada dos profissionais, para que esses não se deixem levar por práticas burocráticas e acríticas, mas que consigam ter uma postura crítica, capaz de questionar e propor estratégias de ação.

O profissional precisa atualizar suas leituras, tomando conhecimento dos temas contemporâneos que implicam no seu exercício profissional e qualificar-se sobre as políticas que direcionam sua intervenção.

Através da tabela, notasse que existe uma carência, na promoção de espaços por parte da instituição, que realmente promovam essa troca de saberes, entre os setores que fazem parte da Pró-Reitoria, e com profissionais externo a instituição, porém que estão em diálogo com a sua rede de atuação.

A assistente social E3, sente essa necessidade da universidade criar espaços de debates, mesa redonda com outras Instituições de Ensino Superior para ampliar esse conhecimento.

Todavia a assistente social E4, tem uma posição divergente das demais, a mesma afirma que a divulgação da política de assistência, já é suficiente e orienta o suficiente quanto aos seus direitos.

Ao mesmo tempo observamos que as demais assistentes sociais sentem a necessidade de uma maior promoção de espaços que promovam um diálogo, tanto na própria universidade quando fora dela. O que mostra que a universidade não promove de uma forma continua esses espaços de discussão que permita uma maior aproximação entre os servidores em especial as Assistentes Sociais e os alunos.

Na atualidade os desafios postos à operacionalização das ações de Assistência Estudantil por parte de diversas categorias profissionais que atuam nesta política são vários, ressaltando a atuação do assistente social, apresenta-se como maior desafio o traço de seletividade e focalização da política.

Para a criação das políticas de permanência estudantil é necessário traçar o perfil dos usuários da política de assistência estudantil, ou seja, suas reais necessidades e expressões da questão social que fazem parte do seu cotidiano, só assim o garantirá êxito no planejamento de ações que verdadeiramente atendam as demandas apresentadas por esses alunos e o mais importante que contribuam para a permanência.

O único perfil que existe na UEFS dos alunos, segundo a assistente social E3:

E3: “Temos o perfil dos residentes quando se inscrevem para a Seleção da Residência Universitária da UEFS, além dos Projetos de Intervenção dos Estagiários do Curso de Serviço Social, e também do TCC de uma assistente social da UEFS que realizou o seu estudo sobre Políticas Afirmativas, mas nada que pudesse criar uma política voltada para o perfil dos mesmos, já que o governo lançou um Programa de Permanência de cima para baixo”.

E4: “As seleções realizadas pelo setor para concessão de bolsas e vagas na residência e creche”.

Considerando a diversidade das universidades, torna-se imprescindível conhecer o perfil desses alunos. Cabe, também, ao profissional a prática da pesquisa junto à população usuária para conhecer melhor seu perfil e a realidade onde se encontram, identificando as possíveis alternativas para ter medidas dentro do espaço sócio-ocupacionais.

Para a amplitude da UEFS e sua quantidade de discentes, apenas o perfil socioeconômico dos alunos residentes da RESI, não é capaz de abarcar de uma forma precisa e consistente o real perfil dos alunos da UEFS, hoje existem cerca de 8.000 alunos.

É preciso que a UEFS, pense para além dos alunos residentes da RESI, o público que é atendido pelo serviço social da UEFS, não são apenas os residentes da RESI, existem outros alunos, outras demandas que também são postas ao setor que necessitam de também da criação de políticas voltadas para tal, mas para isso, é necessário que se tenha o perfil dos alunos da UEFS.

Apesar do momento difícil e de cortes orçamentários que as UEBS atravessam no momento, é preciso se pensar novas estratégias que ampliem a quantidade auxílio permanência, e ao mesmo tempo incluam os alunos que ficam de fora pela restrição no número dos auxílios ofertados.

E2: “A política de Permanência Estudantil não garante a permanência dos estudantes, sendo necessário reavaliar esta Política, que não deve atender apenas a números, mas toda a situação de vulnerabilidade social apresentada no decorrer do curso pelos estudantes”.

E4: “Temos uma política de assistência que não garante a permanência dos estudantes. A política de cotas e reservas de vagas foi criada em 2006, entretanto a universidade não pensou a política de assistência estudantil para garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, bem como estudantes negras (os) indígenas e quilombolas até a conclusão da graduação”.

As seleções principalmente para a RESI precisam ser realizadas semestralmente e não anualmente, a “democratização” somente do acesso, exprimida a partir do aumento de ingressantes nas diversas modalidades de ensino, não são suficientes.

Todavia é preciso viabilizar a ampliação da Política de Permanência Estudantil, devendo ser garantida por parte do Estado, sem que ocorra uma responsabilização das condições de acesso e a permanência seja transferida para os estudantes e seus familiares.

3.3.4DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O caráter do trabalho do assistente social é assinalado pela inclusão e prestação de serviços sócios assistenciais nas instituições privadas e publicas.

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais a população. A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado das mesmas. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2011, p.86)

O exercício da prática não é tão simples, são inúmeras as dificuldades que surgem da sociedade capitalista, que o assistente social se depara no seu cotidiano profissional.

Quadro 11: Principais desafios

Nome	Principais desafios
-------------	----------------------------

- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Falta capacitação desenvolvida pela instituição;• Falta de condições de trabalho (Espaço Físico) |
|--|---|

E1	<p>Outros: Carência de recurso para a Universidade desenvolver a Política de Assistência Estudantil</p>
E2	<ul style="list-style-type: none"> • Falta capacitação desenvolvida pela instituição; • Ausência de reconhecimento por parte dos reitores e gestores; • Falta de condições de trabalho (Espaço Físico) <p>Outros: “Carência de recurso para a Universidade desenvolver a Política de Assistência Estudantil”</p>
E3	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de tempo para a realização dos processos seletivos; • Falta capacitação desenvolvida pela instituição; • Falta de condições de trabalho (Espaço Físico) <p>Outros: “Acho que hoje o entrave maior é o Programa de Permanência do Estado da Bahia que reduz o benefício em um valor monetário, que não oferece o mínimo que a UEFS vem ofertando ao longo dos anos, possibilitando aos estudantes em situação de vulnerabilidade social: Residência Estudantil, Restaurante Universitário, Bolsa Auxílio Especial aos residentes, além da atenção psicossocial aos estudantes da UEFS”.</p>
E4	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de reconhecimento por parte dos reitores e gestores; • Falta de condições de trabalho (Espaço Físico) <p>Outros: “Carência de recurso para a Universidade desenvolver a Política de Assistência Estudantil”.</p>

Fonte: Autoria própria, 2016.

Outros pontos relacionados aos desafios posto a sua atuação profissional, contudo que não foram pontuados pelas Assistentes Sociais foi: Aumento de trabalho, no que se refere à execução da assistência estudantil; Redução de tempo para a realização dos processos seletivos; Falta de parâmetro em relação ao número de assistente social x alunos.

Pela forma que essa Política de Assistência Estudantil estar desenhada na Universidade, esses pontos acima mostrados, e que não foram pontuados mostra que essa política se coloca de uma forma pontual, em que a atuação profissional das Assistentes Sociais fica restrita apenas a essa política, uma vez que a Universidade não aderiu ao SISU, como parte do seu processo seletivo, portanto faltam recursos para a ampliação da Política de Assistência Estudantil.

Ao ser requisitado para implementar e viabilizar os direitos sociais aos cidadãos, muitas vezes impossibilitado de efetivar as suas ações de maneira eficaz por depender completamente de recursos institucionais, condições de trabalho , que cada vez mais estão escassas , para operar as políticas sociais.

Os principais desafios, pontuados pelas assistentes sociais E1, E2, E3 da UEFS, posto a sua atuação profissional dentro da assistência estudantil, em especial são: a falta de espaço físico, a falta de capacitação desenvolvida pela instituição; ausência de reconhecimento por parte dos reitores e gestores.

Portanto se tratando do espaço físico, que é de extrema importância para a realização de um atendimento adequado, a Resolução CFESS nº 493/2006. Art.2, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social:

- a - iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Todos esses pontos relatados, pelas assistentes sociais como desafios posto a sua atuação profissional, nos fazem refletir. A materialização da dimensão interventiva do assistente social estar sujeito de fatores sócio-históricos, econômicos, políticos e culturais que são exteriores ao universo do Serviço Social.

Quadro 12: Possibilidades de atuação

Nome	Possibilidades de atuação
E1	“Há muitas possibilidades, mesmo com pouco recurso”.
E2	“Sim. Atuamos, intervimos continuamente, independente das dificuldades”.
E3	“Sim, porque apesar das dificuldades conseguimos articular, seja, com a UEFS, com a família ou com outras Instâncias para que o estudante consiga permanecer na Instituição com objetivo de concluir o seu curso superior. Pelo tempo na UEFS pude vivenciar vários casos de estudantes da Residência Universitária que foram os demandatários do Serviço Social como estudantes e que hoje estão como docentes da UEFS, e que buscam o Setor por outras demandas sociais, como exemplo de vaga no CEB-Creche para os seus filhos, dentre outras situações, seja de saúde ou de relações interpessoais ou de trabalho”.

Fonte: Autoria própria, 2016.

A materialização da dimensão interventiva do assistente social estar sujeito de fatores sócio-históricos, econômicos, políticos e culturais que são exteriores ao universo do Serviço Social, na UEFS, essa realidade não é que não é diferente.

A sistematização da prática profissional dos assistentes sociais engloba todo o processo de organização do arsenal teórico metodológico e técnico instrumental que definem a ação profissional.

Porém essa sistematização da prática não significa apenas a elaboração de dados e informações burocráticas, mas é um processo que contribui ativamente para a construção de uma reflexão e postura crítica-investigativa perante da consolidação das respostas institucionais e das políticas sociais.

As competências teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativo de propriedade do assistente social permitem a concretização das finalidades profissionais, através da utilização dos instrumentos e técnicas necessários para o processo de intervenção profissional.

No entanto, o assistente social não deve apenas está apto para usar os instrumentais de trabalho, uma vez que o objetivo a ser alcançado transpassa a instrumentalidade. A assistente social E3, consegue perceber o papel transformador da sua atuação:

E3: “Sim, porque apesar das dificuldades conseguimos articular, seja, com a UEFS, com a família ou com outras Instâncias para que o estudante consiga permanecer na Instituição com objetivo de concluir o seu curso superior. Pelo tempo na UEFS pude vivenciar vários casos de estudantes da Residência Universitária que foram os mandatários do Serviço Social como estudantes e que hoje estão como docentes da UEFS, e que buscam o Setor por outras demandas sociais, como exemplo de vaga no CEB-Creche para os seus filhos, dentre outras situações, seja de saúde ou de relações interpessoais ou de trabalho”.

Essa prática deve está motivada, pelo caráter de transformação social, que a profissão exerce uma atuação comprometida, com os indivíduos envolvidos no processo, tendo como direção a universalidade de acesso aos bens e serviços referentes aos programas e políticas sociais.

Ou seja, sua prática não deve está motivada em manuais de instruções

mecânicos e repetitivos ou se restringir meramente ao que instituição empregadora pretende fazer, mas ultrapasse esses limites e vislumbre novas possibilidades, até então não pensadas, usando a capacidade criativa de desempenhar as atribuições privativas estabelecidas pela Lei 8662/93 que regulamenta a profissão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todos os espaços de atuação do assistente social na atualidade, a sua atuação no campo da educação ainda se mostra de uma forma tímida.

Todavia esse espaço com todos os desafios posto a profissão, vem aos poucos ocupando esse campo. Ao mesmo tempo é relevante, que a educação seja apresentada de uma forma mais ampla, que permita enxergar e mapear as suas contradições e buscar desenvolver estratégias de intervenção sobre as mesmas.

Mas para isso é indispensável, dar maior visibilidade à intervenção do Serviço Social e ressaltar sua importância nesse campo em especial, uma vez que, a sua atuação na dimensão sócioeducativa, assume nesse espaço um papel importante de quebra com uma alienação sobrevinda da macroestrutura social.

Esse profissional na educação torna-se cada vez mais importante, concomitantemente a sua atuação numa perspectiva intersetorial também.

Através dessa atuação, o assistente social poderá por em exercício, metodologias próprias que promovam a garantia de direitos, criando uma forma de intervenção que acrescente a prestação de serviços sócioassistenciais, somada com a dimensão sócioeducativa, atuando de uma forma que permita o acesso e a permanência na educação, e ao mesmo tempo no desenvolvimento de uma compreensão crítica com relação à cidadania e aos direitos sociais.

As Universidades Estaduais na atualidade atravessam por um momento de cortes orçamentários, como foram mencionados pelas assistentes sociais, o que limita a sua atuação e a expansão da política de assistência estudantil.

A UEFS até o presente momento não aderiu ao SISU, como parte do seu processo seletivo, o que seria de grande relevância para a ampliação da Política de Permanência Estudantil na Universidade.

Contudo a partir desse ano, 2016, a UEFS vivencia um momento importante, que é a adesão ao programa, do Governo da Bahia direcionado para a permanência estudantil.

Com essa adesão será ampliadas a quantidade de auxílios e também

ocorrerá a criação de novos auxílios como: Alimentação; Transporte e Moradia. Tanto o auxílio-alimentação quanto ao auxílio-transporte o plano desejado é atender a 100% dos estudantes cadastrados no Programa de Permanência Estudantil.

O auxílio transporte será de grande valia, para os alunos que residem em cidades circunvizinhas à universidade, hoje a UEFS não disponibiliza desse auxílio permanência, o mesmo contribuirá diretamente para a redução do número de alunos que excedem a capacidade de vagas que a RESI oferece.

Através dos relatos das assistentes sociais, envolvidas nesse estudo, constatamos que por motivos estruturais colocados pela própria universidade e que são exteriores ao universo do serviço social, as mesmas enfrentam grandes desafios referentes à sua prática profissional.

A materialização da dimensão interventiva dessas profissionais é comprometida por questões como já mencionadas: falta de capacitação desenvolvida pela instituição; ausência de reconhecimento por parte dos reitores e gestores; falta de condições de trabalho (Espaço Físico); carência de recurso para a Universidade desenvolver a Política de Assistência Estudantil.

Todas essas variáveis, de certa forma limitam o poder compreensão e de intervenção por parte das profissionais, no que se refere à política de assistência estudantil em seu sentido mais amplo, limitando a sua atuação ao que a instituição almeja fazer.

Logo, nota-se a falta de ações por parte da Pró-Reitoria da universidade, que possibilitem maior compreensão da parte dos alunos, da finalidade da Política de Assistência Estudantil da universidade e, principalmente, das reais atribuições do serviço social na assistência estudantil, e a relevância dessa atuação profissional, como uma aliada na concretização das políticas afirmativas, que é essencial para a permanência de muitos alunos na Universidade.

No entanto, com todas as limitações institucionais, as assistentes sociais conseguem realizar a sua intervenção e garantir dentro das possibilidades oferecidas pela universidade, a garantia dos direitos dos alunos, que por situações adversas não conseguem prover a sua permanência na universidade.

Sabemos que os principais objetivos da pesquisa foram: Analisar a

Diante dos objetivos proposto pelo estudo: analisar a política de assistência estudantil geral e da UEFS; Compreender o trabalho profissional dentro da UEFS; Analisar os desafios postos ao trabalho profissional do assistente social no setor de serviço social da UEFS.

Espera-se que esses objetivos tenham sido alcançados, ciente de que o objeto de estudo aqui analisado é rico e vasto e que a realidade é dinâmica e por está em constante movimento, sabe-se que não se esgota neste trabalho e nem se tem a pretensão de fazê-lo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** - 13. Ed. rev. ampl. - São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

BOYD, H. W. J; WETFALL, R. **Pesquisa mercadológica: texto e caso.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

BRASIL. **Lei nº 8662/93 das competências dos assistentes sociais.**

BRASIL. **Constituição de 1934 / 1937/ 1946/ 1967/1988.**

BRASIL. **Decreto Nº 7.234 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.**

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional.**

BRASIL. **Lei Nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Básicas da Educação.**

CARVALHO, Raul de, IAMAMOTO, Marilda V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** Brasília: 2011.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL CFESS-3º edição revisada atualizada.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social.** São Paulo: Cortez, 1991.

Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Proposta com o objetivo de fornecer subsídios à elaboração de uma política de assistência estudantil, 1997.**

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** IN: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Nº 101, p. 40 – 64. Cortez: São Paulo, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p

GONÇALVES, GeilaKullmann e POZOBON, Luciane. Atendimento psicológico a estudantes universitários: relato de experiência no Ânima – Núcleo de Apoio ao Estudante, da Universidade Federal de Santa Maria. In: KULLMANN, Geila Gonçalves. et al. **Apoio Estudantil: reflexões sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 19ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 12ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil**. In: FONAPRACE - Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. PROEX: UFU - MG, 2012, p.88-97.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Estágio e Supervisão: um desafio ao ensino teórico-prático do Serviço Social**. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social**, NEMESS – PUC/SP, 1997.

Relatório de Atividades PROPAAE, 2014.

RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação: uma questão em debate**. Revista Interface, Natal/RN, v. 2, n.1, jan/jun: 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro: **Educação Básica e Ensino Superior: projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papires ,2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. Cortez: São Paulo, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS-CAHL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Assistente Social, o Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da coleta de dados referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado; “DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-UEFS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”, respondendo ao questionário de pesquisa que lhe será entregue. Como metodologia de pesquisa, será aplicado um questionário com o finalidade de obter informações para construção da monografia, com o objetivo de compreender os desafios e possibilidades enfrentadas pelas assistentes sociais na política de assistência estudantil da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Esta pesquisa será desenvolvida pela aluna **Arleide da Conceição Oliveira**, com a orientação do professor Fabrício Fontes Andrade, docente do Centro de Artes Humanidades e Letra (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Caso existam possíveis dúvidas o senhor (a) deve contatar a referida estudante, a qualquer momento que julgar necessário, garantindo esclarecimento sobre a realização da pesquisa. A sua participação não é obrigatória, tendo a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar. Ao participar, a sua identidade não será revelada na apresentação dos resultados, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado, ou elemento que possa de alguma maneira lhe identificar, será mantido em sigilo. Enfim, tendo sido orientado (a) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Arleide da Conceição Oliveira

(informante da pesquisa)

Email: oliveiraarleide@bol.com.br Tel: (75)91027042

APÊNDICE B- Questionário de pesquisa qualitativo aplicado as assistentes sociais



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRA-CAHL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA QUALITATIVA

Meu nome é **Arleide da Conceição Oliveira**. Sou graduanda do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Coletando dados para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título é: “DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-UEFS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”, sob orientação do professor Fabrício fontes Andrade. As perguntas a seguir referem-se à atuação profissional das assistentes sociais na assistência estudantil da Uefs, somente para fins de pesquisa. Gostaria de poder contar com sua cooperação para a construção dessa pesquisa. Muito obrigada!

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Universidade Estadual de Feira de Santana

Avenida Transnordestina, Bairro Novo Horizonte - CEP: 44.036-900

Feira de Santana-BA

Tel:(75) 3161-8000.

E-mail: reitor@uefs.br

1.IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

1.1.NOME:

1.2.IDADE:

1.3.SEXO: Masculino () Feminino()

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Formação para o Ensino Superior

2.3 Tempo de formação:_____

3. SITUAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Tempo de trabalho na UEFS:_____

3.2 Concursado ()SIM () NÃO
() 30h ()manhã ()tarde ()noite

3.3 É o primeiro trabalho como assistente social? ()SIM ()NÃO

3.4 Trabalha em outra instituição? ()SIM ()NÃO

3.5 As outras experiências profissionais foram todas na área da assistência estudantil?

()SIM ()NÃO

(Se a resposta for negativa, em que outros espaços sócio-ocupacionais trabalhou?)

4. MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL

4.1Porque você optou em ser Assistente Social?

-

4.2 Acredita que a sua formação profissional de certa forma te deu subsídios para trabalhar nesse espaço?

4.3 Em sua opinião qual a importância do processo contínuo de formação profissional, para as suas atribuições profissionais?

4.4 Qual foi a sua principal motivação para trabalhar nessa Instituição e dentro da assistência estudantil?

5. ATUAÇÃO PROFISSIONAL

5.1 No âmbito institucional quais os espaços de debate são oferecidos aos profissionais e discentes?

5.2 Você consegue desenvolver o seu trabalho, dependendo das demandas que chegam até ao setor e fazer essa articulação com outros profissionais, dentro ou fora da instituição?

5.3 Em sua opinião qual o seu nível de conhecimento referente à política de assistência estudantil?

5.4 O que acha necessário para melhorar o nível de conhecimento.

5.5 Sabemos que existem muitas dificuldades e desafios nesse espaço sócio-ocupacional. Qual seriam seus principais desafios?

- () Aumento de trabalho, no que se refere à execução da assistência estudantil;
- () Redução de tempo para a realização dos processos seletivos;
- () Falta de parâmetro em relação ao número de assistente social x alunos;
- () Não cumprimento da lei que institui às 30 horas semanais;
- () Falta capacitação desenvolvida pela instituição;
- () Ausência de reconhecimento por parte dos reitores e gestores;
- () Falta de condições de trabalho(Espaço Físico)

Outros:

5.6 Mesmo com esses desafios postos nesse espaço, consegue visualizar possibilidades de atuação profissional?

5.7 Existem trabalhos desenvolvidos pelo setor que tracem o perfil desses estudantes e assim criar políticas voltadas para o perfil dos mesmos?

SIM () () NÃO

QUAL?

5.8 Quais as principais demandas que chegam ao setor?

Considerando a política de assistência estudantil da UEFS, a quantidade de benefícios ofertados é suficiente para o numero de estudantes que estão dentro do perfil para tal política?

()SIM ()NÃO (justifique)
